

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Gerdau Aços Longos S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, referentes ao exercício social de 2021. As vendas atingiram 3,7 milhões de toneladas no ano de 2021, um crescimento de 12% em relação ao ano de 2020. A Receita Líquida de vendas alcançou R\$ 22,5 bilhões em 2021, alta de 95% em relação à 2020, o que reflete o bom momento para o setor brasileiro de construção civil. Nesse cenário, a margem bruta (lucro bruto dividido pela receita líquida de vendas) ficou em 27,1% no período (10,3 pontos percentuais acima de 2020). A Companhia apurou um lucro líquido de R\$ 5,4 bilhões no ano de 2021, alta de 508% comparado ao resultado de 2020, o que representou R\$ 65,03 por ação. Em 31 de dezembro de 2021, o Patrimônio Líquido da Companhia era de R\$ 14,3 bilhões, e equivale a um valor patrimonial

de R\$ 11.636,09 por ação. Os investimentos em ativo imobilizado totalizaram R\$ 645,1 milhões no exercício social findo em dezembro de 2021. A dívida bruta da Companhia composta por empréstimos, financiamentos e partes relacionadas somava R\$ 461,2 milhões em 31 de dezembro de 2021, dos quais 3,2% eram de curto prazo e 96,8% de longo prazo. O caixa e equivalentes de caixa somado às aplicações totalizavam R\$ 1,3 bilhão ao final de 2021. Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, acionistas, fornecedores, representantes, instituições financeiras e órgãos governamentais pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores, pelo empenho e dedicação dispensados.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2022.

A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2021		2020	
		2021	2020	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	369.582	683.755		
Aplicações financeiras	4	886.987	942.551		
Contas a receber de clientes	5	1.501.660	1.033.693		
Estoques	6	3.194.074	1.915.855		
Créditos tributários	7	971.108	451.692		
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	6.131		
Outros ativos circulantes		136.081	110.151		
		<u>7.059.492</u>	<u>5.143.828</u>		
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Créditos tributários	7	35.306	20.588		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	254.148	779.346		
Partes relacionadas	17	185.751	192.726		
Depósitos judiciais	16	1.504.117	1.461.610		
Adiantamento para futuro investimento em participação societária	9	116	813		
Outros ativos não circulantes		203.678	212.476		
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	9	6.392.299	5.381.075		
Arrendamento mercantil - direito de uso de ativos	12	420.367	399.322		
Intangível	11	130.029	163.803		
Imobilizado	10	<u>2.456.519</u>	<u>2.176.991</u>		
		<u>11.582.330</u>	<u>10.788.750</u>		
TOTAL DO ATIVO		<u>18.641.822</u>	<u>15.932.578</u>		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

PASSIVO	Nota	2021		2020	
		2021	2020	2021	2020
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores		1.749.798	1.498.367		
Empréstimos e financiamentos	13	14.839	10.487		
Impostos e contribuições a recolher	15	155.045	140.600		
Imposto de renda e contribuição social a recolher		12.741	-		
Salários a pagar		294.887	167.855		
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		757	131		
Arrendamento mercantil a pagar	12	105.708	90.275		
Provisão para passivos ambientais	19	61.884	23.770		
Outros passivos circulantes		<u>346.171</u>	<u>311.471</u>		
		<u>2.856.505</u>	<u>2.242.956</u>		
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	13	446.348	445.635		
Impostos e contribuições a recolher	15	351	22.619		
Partes relacionadas	17	62	762		
Provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas	16	612.547	590.853		
Provisão para passivos ambientais	19	76.961	178.38		
Arrendamento mercantil a pagar	12	350.694	334.652		
Outros passivos não circulantes		<u>12.675</u>	<u>39.911</u>		
		<u>1.499.638</u>	<u>1.452.270</u>		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	20	5.554.212	5.554.212		
Ações em tesouraria		(1.340)	-		
Reservas de capital		1.335.147	1.335.147		
Reservas de lucros		4.020.613	2.376.675		
Ajustes de avaliação patrimonial		<u>3.377.047</u>	<u>2.971.318</u>		
		<u>14.285.679</u>	<u>12.237.352</u>		
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>18.641.822</u>	<u>15.932.578</u>		

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2021	2020
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS			
Custo das vendas	22	22.486.479	11.530.469
	23	<u>(16.383.408)</u>	<u>(9.598.588)</u>
LUCRO BRUTO		<u>6.103.071</u>	<u>1.931.881</u>
Despesas com vendas	23	(398.420)	(281.648)
Despesas gerais e administrativas	23	(459.160)	(323.760)
Outras receitas operacionais	23	512.564	29.529
Outras despesas operacionais	23	(35.897)	(258.444)
Ganhos (Perdas) pela não recuperabilidade de ativos financeiros	23	6.320	(13.531)
Resultado da equivalência patrimonial	9	875.025	126.566
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS		<u>6.603.503</u>	<u>1.210.593</u>
Receitas financeiras	24	607.176	57.515
Despesas financeiras	24	(224.163)	(219.057)
Variação cambial, líquida	24	29.746	(33.906)
Perdas com instrumentos financeiros, líquido	24	(4.894)	-
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS		<u>7.011.368</u>	<u>1.015.145</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	8	(1.109.983)	(156.508)
Diferido	8	(525.198)	25.688
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>5.376.187</u>	<u>884.325</u>
Lucro por ação (em R\$) - básico e diluído	21	<u>65,03</u>	<u>3,60</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
Lucro líquido apurado na Demonstração dos Resultados	5.376.187	884.325
Valores potencialmente reclassificáveis para a Demonstração dos Resultados no futuro		
Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira (*)	349.153	851.092
Valores potencialmente não reclassificáveis para a Demonstração dos Resultados no futuro		
Remensurações com planos de benefícios a empregados (*)	54.783	(10.151)
Outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	<u>403.936</u>	<u>840.941</u>
Resultado abrangente para o exercício, líquido de impostos	<u>5.780.123</u>	<u>1.725.266</u>

(*) Corresponde a outros resultados abrangentes de investimento em empresa controlada e coligadas. As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Valores expressos em milhares de reais)

	Reserva de lucros					Investimentos e capital de giro	Total	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Legal	Incentivos fiscais					
Saldos em 01/01/2020	5.554.212	-	1.335.147	399.538	641.697	878.395	1.919.630	2.126.435	-	10.935.424
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	884.325	884.325
Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	-	-	840.941	-	840.941
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	-	-	840.941	884.325	1.725.266
Efeitos de alterações de participação em controlada e coligadas...	-	-	-	-	-	-	-	1.198	-	1.198
Efeito com plano de incentivos a longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	2.744	-	2.744
Destinações propostas em Assembleia Geral:										
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	59.681	-	59.681	-	(59.681)	-
Reserva para investimentos e capital de giro	-	-	-	-	-	397.364	397.364	-	(397.364)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(427.280)	(427.280)
Saldos em 31/12/2020 (Nota 20)	<u>5.554.212</u>	<u>-</u>	<u>1.335.147</u>	<u>399.538</u>	<u>701.378</u>	<u>1.275.759</u>	<u>2.376.675</u>	<u>2.971.318</u>	<u>-</u>	<u>12.237.352</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	5.376.187	5.376.187
Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	-	-	403.936	-	403.936
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	-	-	403.936	5.376.187	5.780.123
Efeitos de alterações de participação em controlada e coligadas...	-	-	-	-	-	-	-	1.315	-	1.315
Efeito com plano de incentivos a longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	478	-	478
Ações em tesouraria	(1.340)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.340)
Dividendos complementares	-	-	-	-	-	(903.673)	(903.673)	-	-	(903.673)
Destinações propostas em Assembleia Geral:										
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	103.927	-	103.927	-	(103.927)	-
Reserva para investimentos e capital de giro	-	-	-	-	-	2.443.684	2.443.684	-	(2.443.684)	-
Dividendos/juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.828.576)	(2.828.576)
Saldos em 31/12/2021 (Nota 20)	<u>5.554.212</u>	<u>(1.340)</u>	<u>1.335.147</u>	<u>399.538</u>	<u>805.305</u>	<u>2.815.770</u>	<u>4.020.613</u>	<u>3.377.047</u>	<u>-</u>	<u>14.285.679</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

1 - INFORMAÇÕES GERAIS

Gerdau Aços Longos S.A. (a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, capital. A Gerdau Aços Longos S.A. é uma empresa controlada pela Gerdau S.A., a qual, em conjunto com suas outras controladas, é líder no segmento de aços longos nas Américas e uma das principais fornecedoras de aços especiais do mundo. No Brasil, também produz aços planos e minério de ferro, atividades que ampliam o mix de produtos oferecidos ao mercado e a competitividade das operações. Além disso, a Companhia acredita ser a maior recicladora da América Latina e, no mundo, transforma, anualmente, milhões de toneladas de sucata em aço, reforçando seu compromisso com o desenvolvimento sustentável das regiões onde atua. As ações das empresas Gerdau estão listadas nas bolsas de valores de São Paulo, Nova Iorque e Madri. As Demonstrações Financeiras da Gerdau Aços Longos S.A. foram aprovadas pela Administração em 22/03/2022.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as Demonstrações Financeiras, estão demonstradas na nota 3.16. As Demonstrações Financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31/12/2021. A Companhia elaborou suas Demonstrações Financeiras Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e apresentadas separadamente dessas Demonstrações Financeiras Individuais, as quais devem

ser lidas em conjunto.

3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas conforme descrito nas práticas contábeis a seguir: **3.1 - Conversão de saldos em moeda estrangeira:** a) **Moeda funcional e de apresentação:** É a moeda do ambiente econômico primário em que a Companhia opera. As Demonstrações Financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. b) **Transações e saldos:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para Reais (R\$) usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações, são reconhecidos na Demonstração do Resultado. c) **Investimentos:** Os resultados e a posição financeira de todos os investimentos que são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial, que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos para Reais (R\$). **3.2 - Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado, a valor justo por meio do resultado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. a) **Ativos financeiros a custo amortizado:** Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. b) **Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado. c) **Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de



CONTINUAÇÃO

juros calculados utilizando o método de juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. **d) Redução ao valor recuperável dos ativos financeiros:** A Companhia mensura as perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. As perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros foram calculadas com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. A Companhia apresenta a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros em linha específica na Demonstração do Resultado. **e) Desreconhecimento:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **f) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no Balanço Patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **g) Instrumentos financeiros:** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita investimento por investimento. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. **h) Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. **3.3 - Estoques:** São avaliados com base no menor valor entre o custo histórico de aquisição e produção e o valor líquido realizável. O custo de aquisição e produção é acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. O valor líquido realizável é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados para conclusão e despesas de vendas diretamente relacionadas. Informações referentes à abertura do valor líquido realizável estão demonstradas na nota 6. **3.4 - Imobilizado:** A Companhia utiliza o custo histórico deduzido das respectivas depreciações, à exceção dos terrenos, que não são depreciados. A Companhia agrega mensalmente ao custo de construção de ativos qualificáveis, que são ativos que, necessariamente, demandam um período de tempo substancial para ficarem prontos para seu uso pretendido, os custos de empréstimos e financiamentos considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) o período de capitalização ocorre quando o imobilizado encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização dos custos de empréstimos quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) os custos de empréstimos são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes da data da capitalização ou a taxa específica, no caso de empréstimos para a aquisição de imobilizado; (c) os custos de empréstimos capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os custos de empréstimos capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado ao qual foram incorporados. A depreciação é calculada pelo método linear ajustado pelo nível de utilização de certos ativos, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens e o valor residual estimado dos ativos no final de sua vida útil. O valor residual ao final da vida útil e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. O valor residual dos itens do imobilizado é reduzido imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável. **3.5 - Intangível:** É avaliado ao custo de aquisição e subsequentemente deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. São compostos por ativos que representam a capacidade de geração de valor agregado de companhias adquiridas com base no histórico de relacionamento com fornecedores e *software*. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota 3.6). O intangível do relacionamento com fornecedores é amortizado com base em critério que considera o futuro benefício econômico esperado fornecido ao longo do tempo por esses novos fornecedores adquiridos. A Companhia revisa o período de amortização e o método de amortização para seus ativos intangíveis com vida útil definida ao final de cada exercício. **3.6 - Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros e reversão de provisão constituídas:** Na data de cada Demonstração Financeira, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano, em dezembro. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício. Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada. A Companhia não acredita que existam indicativos de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas no cálculo de perdas por recuperabilidade de ativos de vida longa. Entretanto, se os resultados atuais ou futuros não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas nos fluxos de caixa futuros estimados e valor justo dos ativos, a Companhia pode estar exposta a perdas que podem ser materiais. **3.7 - Investimentos:** Os investimentos em empresas controladas e coligadas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde a data que o investimento foi adquirido. De acordo com este método, as participações sobre os investimentos são reconhecidas no Balanço Patrimonial ao custo, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos destes em contrapartida de resultado da equivalência patrimonial e por outras variações ocorridas nos ativos líquidos adquiridos. Adicionalmente, as participações poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade do investimento (*impairment*). Os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos. **3.8 - Passivos financeiros e instrumentos patrimoniais - a) Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. **b) Desreconhecimento:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **3.9 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, ou diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em Outros resultados abrangentes. O imposto de renda e contribuição social correntes são tributos calculados sobre o lucro do exercício, com base nas alíquotas vigentes na data base das Demonstrações Financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças temporárias geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes a valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras. Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração da Companhia e de suas controladas, quando aplicável. Estes estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **3.10 - Benefícios a empregados:** A Companhia possui planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria, participação nos lucros e bônus. Eventuais superávits com planos de benefícios de contribuição definida a empregados são reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos. As remensurações atuariais geradas por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria são reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados Abrangentes. Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego são usadas várias estatísticas e outros fatores, na tentativa de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano e taxa de aumentos futuros de remuneração. Adicionalmente, a Companhia e seus consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia

podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes. **3.11 - Outros ativos e passivos circulares e não circulares:** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos). **3.12 - Transações com partes relacionadas:** Os contratos de mútuos são atualizados pelos encargos contratados mais variação cambial, quando aplicável. Estes contratos possuem data de vencimento, com possibilidade de extensão de prazo mediante acordo entre as partes. As transações de compras e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes. **3.13 - Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** O Estatuto Social prevê dividendos não inferiores a 30% do lucro líquido anual, ajustado em 5% representando a constituição de reserva legal e a constituição de reserva de incentivos fiscais; portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima. **3.14 - Reconhecimento da receita de vendas:** A receita de vendas é apresentada líquida de impostos e descontos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas para representar a transferência de bens ou serviços prometidos aos clientes em um valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Os custos de frete relacionados estão incluídos no custo das vendas. **3.15 - Investimentos em prevenção de danos ao meio ambiente e provisão para passivos ambientais:** Custos ambientais são relacionados as operações normais e são registrados como despesa ou capitalizadas conforme o caso. Os que são relacionados a uma condição existente causada por operações do passado e que não contribuem para atuais ou futuras receitas geradas ou redução de custos são registrados como despesa. Passivos são registrados quando a avaliação ambiental ou esforços de restauração são prováveis e o custo pode ser razoavelmente estimado, discussões com autoridades ambientais e outras premissas relevantes para a estimativa da natureza e extensão da restauração que pode ser requerida. O custo final é dependente de fatores que não podem ser controlados, como o escopo e metodologia dos requerimentos da ação de restauração a ser estabelecida pelas autoridades ambientais e de saúde pública, novas leis ou regulamentos governamentais, rápida alteração tecnológica e o surgimento de algum litígio relacionado. Passivos ambientais são ajustados a valor presente se o montante agregado da obrigação e o montante e prazo dos desembolsos de caixa forem fixos ou puderem ser determinados de uma maneira confiável. **3.16 - Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** Na elaboração das Demonstrações Financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das Demonstrações Financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras incluem, portanto, estimativas referentes, principalmente, à estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa (nota 10), provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas (nota 16), recuperabilidade de tributos diferidos ativos (nota 8) e estimativas referentes a seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos, escolha da tábu de mortalidade e expectativa de aumento dos salários (nota 18). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização pode divergir das estimativas. **3.17 - Operações de Arrendamento Mercantil:** A Companhia, na qualidade de arrendatária, reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Inseções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A Companhia reconhece novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais. A Companhia reconhece uma depreciação de ativos de direito de uso e despesa financeira sobre obrigações de arrendamento. Elementos variáveis dos pagamentos relacionados aos arrendamentos (como, por exemplo, um contrato de locação de máquinas e/ou equipamentos com partes dos pagamentos baseados na produtividade do ativo) não são considerados no cálculo do passivo, sendo registrados como despesa operacional. As taxas de desconto utilizadas pela Companhia foram obtidas de acordo com as condições de mercado. **3.18 - Novos pronunciamentos:** As emissões/alterações de pronunciamentos efetuados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC que são efetivos para o exercício iniciado em 2021 não tiveram impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Adicionalmente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu/revisou alguns pronunciamentos, as quais tem sua adoção para o exercício de 2022 ou após. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras em decorrências destes pronunciamentos. **3.19 - Riscos associados a pandemia da Covid-19:** A pandemia da Covid-19 continua a impactar a atividade econômica mundial e representa o risco de que a Companhia, colaboradores, prestadores de serviço, fornecedores, clientes e outros parceiros de negócios possam ser impedidos de realizar determinadas atividades de negócios por um período indeterminado, inclusive devido à paralisações que podem ser solicitadas ou mandatadas por autoridades governamentais ou eleitas por empresas como medida preventiva. A pandemia da Covid-19 pode ter um efeito adverso nos negócios e, dada a incerteza quanto à extensão e época de uma possível disseminação ou sua mitigação futura e à imposição ou relaxamento de medidas de proteção, não é possível estimar razoavelmente o impacto nos resultados futuros das operações, nos fluxos de caixa ou na condição financeira futura da Companhia. A Companhia continuará, ao longo de 2022, o seu constante monitoramento do mercado em busca de identificar uma eventual deterioração, especialmente decorrentes da pandemia da Covid-19, queda significativa na demanda dos setores consumidores de aço, mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro que comprometam sua capacidade financeira, acarretem aumento da percepção do risco de crédito sobre o contas a receber de clientes, resulte em efeitos sobre o valor realizável dos estoques ou a manutenção de ativos fiscais diferidos.

4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2021	2020
Caixa	567	502
Bancos e aplicações de liquidez imediata	369.015	683.253
Caixa e equivalentes de caixa	369.582	683.755
Títulos para negociação		
Aplicações em renda fixa	886.987	942.551
Aplicações financeiras	886.987	942.551

As aplicações de liquidez imediata incluem investimentos com prazo de vencimento de até 90 dias, liquidez imediata e baixo risco de variação do valor justo. Aplicações financeiras incluem Certificados de Depósito Bancário - CDB e investimentos em títulos e valores mobiliários, os quais são registrados pelo seu valor justo. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2021	2020
Contas a receber de clientes	1.537.673	1.079.729
(-) Provisão para risco de crédito	(36.013)	(46.036)
	1.501.660	1.033.693

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	2021	2020
Valores a vencer	1.350.974	1.027.213
Vencidos:		
Até 30 dias	68.150	32.555
Entre 31 e 60 dias	6.539	3.705
Entre 61 e 90 dias	1.534	835
Entre 91 e 180 dias	104.943	2.724
Entre 181 e 360 dias	1.695	7.210
Acima de 360 dias	3.838	5.487
(-) Provisão para risco de crédito	(36.013)	(46.036)
	1.501.660	1.033.693

A movimentação da provisão para riscos de crédito está demonstrada abaixo:

Saldo em 01/01/2020		(44.057)
Créditos provisionados no exercício		(56.449)
Créditos recuperados no exercício		42.918
Créditos baixados definitivamente da posição		11.552
Saldo em 31/12/2020		(46.036)
Créditos provisionados no exercício		(17.602)
Créditos recuperados no exercício		23.922
Créditos baixados definitivamente da posição		3.703
Saldo em 31/12/2021		(36.013)

6 - ESTOQUES

	2021	2020
Produtos prontos	1.666.040	930.710
Matérias-primas	863.475	548.580
Produtos em elaboração	391.255	316.263
Materiais de almoxarifado	234.295	109.802
Importações em andamento	39.020	10.709
(-) Provisão para ajuste ao valor líquido realizável	(11)	(209)
	3.194.074	1.915.855

Os saldos da provisão para ajuste ao valor líquido realizável de estoques, cuja provisão e reversão tem como contrapartida o custo das vendas, estão demonstrados abaixo:

Saldo em 01/01/2020		(4.993)
Provisão para ajuste ao valor líquido realizável		(1.408)
Reversão de ajuste ao valor líquido realizável		6.192
Saldo em 31/12/2020		(209)
Provisão para ajuste ao valor líquido realizável		(301)
Reversão de ajuste ao valor líquido realizável		499
Saldo em 31/12/2021		(11)

7 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

	2021	2020
Circulante		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	85.474	203.089
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	685.475	150.504
Programa de Integração Social	148.882	52.762
Imposto sobre Produtos Industrializados	41.165	33.007
Outros	10.112	12.330
	971.108	451.692
Não circulante		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	30.293	15.641
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	150	96
Programa de Integração Social	33	21
Outros	4.830	4.830
	35.306	20.588
	1.006.414	472.280

A expectativa de realização dos créditos tributários do ativo não circulante é a seguinte:

	2021	2020
2022	-	8.497
2023	14.886	5.419
2024	10.844	1.841
2025	4.746	4.831
2026 em diante	4.830	-
	35.306	20.588

8 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Os impostos sobre a renda incluem o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL). As alíquotas oficiais para imposto de renda e contribuição social aplicáveis são de 25% e de 9%, respectivamente, para os exercícios findos em 31/12/2021 e 31/12/2020.



CONTINUAÇÃO

a) Reconciliação dos ajustes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) no resultado:

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social.....	7.011.368	1.015.145
Alíquotas nominais	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais.....	(2.383.865)	(345.149)
Ajustes dos impostos referente:		
- equivalência patrimonial	297.508	43.033
- juros sobre o capital próprio	145.683	145.275
- incentivos fiscais	51.707	9.637
- não constituição de ativos fiscais diferidos / realização, líquidos.....	223.142	3.404
- diferenças permanentes (líquidas)	30.644	12.980
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(1.635.181)</u>	<u>(130.820)</u>
Corrente	(1.109.983)	(156.508)
Diferido	(525.198)	25.688

b) Composição e movimentação dos ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos às alíquotas nominais:

	Saldo em 31/12/20	Reconhecido no resultado	Aquisição de empresa	Saldo em 31/12/21
Prejuízos fiscais	452.788	(351.904)	-	100.884
Base negativa de contribuição social.....	147.646	(131.919)	-	15.727
Provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas	200.891	7.376	-	208.267
Outras diferenças temporárias	53.155	(11.109)	-	42.046
Provisão para perdas.....	20.738	(4.577)	-	16.161
Alocação de ativos a valor justo.....	<u>(95.872)</u>	<u>(33.065)</u>	-	<u>(128.937)</u>
Ativo não circulante	<u>779.346</u>	<u>(525.198)</u>	-	<u>254.148</u>
	<u>779.346</u>			<u>254.148</u>

	Saldo em 01/01/20	Reconhecido no resultado	Aquisição de empresa	Saldo em 31/12/20
Prejuízos fiscais	501.487	(48.699)	-	452.788
Base negativa de contribuição social.....	166.302	(18.656)	-	147.646
Provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas	103.508	97.383	-	200.891
Outras diferenças temporárias	26.959	26.196	-	53.155
Efeito de variação cambial diferida.....	619	(619)	-	-
Provisão para perdas.....	40.689	(19.951)	-	20.738
Alocação de ativos a valor justo.....	<u>(2.954)</u>	<u>(9.966)</u>	<u>(82.952)</u>	<u>(95.872)</u>
Ativo não circulante	<u>836.610</u>	<u>25.688</u>	<u>(82.952)</u>	<u>779.346</u>
	<u>836.610</u>			<u>779.346</u>

c) Estimativa de recuperação de créditos de imposto de renda e contribuição social:

	2021	Ativo 2020
2021	-	148.360
2022	180.834	70.422
2023	14.663	97.822
2024	14.663	69.077
2025	14.663	105.895
2026 em diante.....	<u>29.325</u>	<u>287.770</u>
	<u>254.148</u>	<u>779.346</u>

9 - INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

	Gerdau Internacional Empreend. Ltda.-Grupo Gerdau		Gerdau Açominas Overseas Ltd.		Chopim Energia S.A.		Siderúrgica Latino Americana S.A.		Outros		Total
	Gerdau	Overseas Ltd.	Chopim Energia S.A.	Siderúrgica Latino Americana S.A.	Outros	Total					
Saldo em 01/01/2020	4.046.652	8.729	(279)	-	15.933	4.071.035					
Resultado da equivalência patrimonial	124.268	(1.005)	(308)	2.952	659	126.566					
Ajustes de avaliação patrimonial	838.235	-	-	-	-	838.235					
Aquisição	-	-	-	386.393	-	386.393					
Aumento de capital social (a)	-	-	291	-	9	300					
Dividendos	(41.454)	-	-	-	-	(41.454)					
Saldo em 31/12/2020	<u>4.967.701</u>	<u>7.724</u>	<u>(296)</u>	<u>389.345</u>	<u>16.601</u>	<u>5.381.075</u>					
Resultado da equivalência patrimonial	863.241	(4.705)	(115)	18.790	(2.186)	875.025					
Ajustes de avaliação patrimonial	408.892	-	-	-	-	408.892					
Aumento de capital social (a)	8.500	-	298	-	40.779	49.577					
Redução de capital social (b)	-	-	-	-	(25.262)	(25.262)					
Dividendos	(297.008)	-	-	-	-	(297.008)					
Saldo em 31/12/2021	<u>5.951.326</u>	<u>3.019</u>	<u>(113)</u>	<u>408.135</u>	<u>29.932</u>	<u>6.392.299</u>					
Capital social	4.868.500	164.829	29.594	301.295	-	5.364.218					
Patrimônio líquido ajustado.....	28.667.274	3.019	(226)	423.596	-	29.113.663					
Participação no capital total (%)	20,76%	100%	50%	96,35%	-	50,00%					

a) Aumento de capital social: A Companhia, conforme ata de Alteração e Consolidação do Contrato Social em 30/04/2021, aumentou o capital social na coligada Gerdau Internacional Empreendimentos Ltda. - Grupo Gerdau, no valor de R\$ 8.500. A Companhia, conforme ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30/04/2021, aumentou o capital social na coligada Chopim Energia S.A., no valor de R\$ 298. Em 30/04/2020, conforme ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, aumentou o capital social na coligada Chopim Energia S.A., no valor de R\$ 291. Em 2021 a Companhia também aumentou o capital social em suas outras coligadas, no montante de R\$ 40.779, assim distribuídas: R\$ 35 na G2Base Fundações e Contêncões Ltda, R\$ 27.500 na Sociedade Juntos Somos Mais Fideliza Ltda, R\$ 12.000 na G2L Logística Ltda, R\$ 1.058 na Gerdau Ventures Brasil Participações Ltda, R\$ 86 na Gerdau Grafeno Ltda, R\$ 99 na Terminal Itapuã Ltda e R\$ 1 na Gerdau Next S.A.. A Companhia integralizou R\$ 9 referente a sua participação societária na empresa Gerdau Ventures Brasil Participações Ltda., constituída em 15/07/2020, conforme contrato de Instrumento Particular de Constituição da Sociedade Empresária Limitada, registrado na JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo. **b) Redução de capital social:** Em 2021, a Companhia reduziu seus investimentos nas coligadas G2L Logística Ltda, no valor de R\$ 24.216 e Gerdau Ventures Participações Ltda, no valor de R\$ 1.046, em decorrência de vendas de 19% e 9%, respectivamente, do percentual de participações nestas empresas. **c) Adiantamento para futuro investimento em participação acionária:** Em 2021 foram efetuados adiantamentos para futuro aumento de capital na coligada Chopim Energia S.A. totalizando R\$ 116 (R\$ 298 em 31/12/2020). As informações financeiras da coligada Gerdau Internacional Empreend. Ltda. - Grupo Gerdau estão demonstradas a seguir:

	2021	2020
Lucro do exercício.....	4.163.896	609.464
Outros resultados abrangentes	1.962.575	4.028.519
Total dos resultados abrangentes	<u>6.126.471</u>	<u>4.637.983</u>

d) Aquisição de controlada: Em 30/11/2020, a Companhia concluiu a aquisição de 96,35% das ações totais com direito a voto de emissão da Siderúrgica Latino-Americana S.A. ("Silat") por R\$ 475.961.

10 - IMOBILIZADO

a) Síntese da movimentação do ativo imobilizado:

Custo do imobilizado bruto	Terrenos, prédios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Equipamentos eletrônicos de dados	Imobilizações em andamento	Outros		Total
					Outros	Total	
Saldo em 01/01/2020	1.492.659	4.712.413	236.583	111.819	775.840	7329.314	
Adições.....	-	23.675	5.477	175.961	114.944	320.057	
Juros capitalizados.....	-	-	-	-	22	22	
Transferências.....	30.772	134.351	4.317	(169.444)	4	-	
Baixas	(195.634)	(433.839)	(10.953)	(3.368)	(125.389)	(769.183)	
Saldo em 31/12/2020	<u>1.327.797</u>	<u>4.436.600</u>	<u>235.424</u>	<u>114.968</u>	<u>765.421</u>	<u>6.880.210</u>	
Adições.....	707	71.948	8.431	427.870	136.186	645.142	
Juros capitalizados.....	-	-	-	1.529	-	1.529	
Transferências.....	23.981	246.841	8.944	(279.905)	139	-	
Baixas	-	(274.70)	(67)	(400)	(76.751)	(104.688)	
Saldo em 31/12/2021	<u>1.352.485</u>	<u>4.727.919</u>	<u>252.732</u>	<u>264.062</u>	<u>824.995</u>	<u>7.422.193</u>	

Depreciação e exaustão acumulada	Terrenos, prédios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Equipamentos eletrônicos de dados	Imobilizações em andamento	Outros		Total
					Outros	Total	
Saldo em 01/01/2020	(812.821)	(3.972.704)	(225.668)	-	(123.417)	(5.134.610)	
Depreciação e exaustão	(76.890)	(170.101)	(6.403)	-	(67.593)	(320.987)	
Baixas	195.634	433.157	10.920	-	112.667	752.378	
Saldo em 31/12/2020	<u>(694.077)</u>	<u>(3.709.648)</u>	<u>(221.151)</u>	-	<u>(78.343)</u>	<u>(4.703.219)</u>	
Depreciação e exaustão	(35.329)	(184.973)	(10.116)	-	(136.869)	(367.287)	
Transferências.....	544	-	-	-	(544)	-	
Baixas	-	274.70	67	-	77.295	104.832	
Saldo em 31/12/2021	<u>(728.862)</u>	<u>(3.867.151)</u>	<u>(231.200)</u>	-	<u>(138.461)</u>	<u>(4.965.674)</u>	

Imobilizado líquido	Terrenos, prédios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Equipamentos eletrônicos de dados	Imobilizações em andamento	Outros		Total
					Outros	Total	
Saldo em 31/12/2020	633.720	726.952	14.273	114.968	687.078	2.176.991	
Saldo em 31/12/2021	<u>623.623</u>	<u>860.768</u>	<u>21.532</u>	<u>264.062</u>	<u>686.534</u>	<u>2.456.519</u>	

A taxa média de capitalização de juros no exercício de 2021 é de 3,3% a.a. (3,8% a.a. em 2020). As seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo da depreciação:

	Vida útil dos ativos imobilizados
Prédios, construções e benfeitorias	10 a 25 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 anos
Móveis e utensílios.....	10 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos eletrônicos de dados	2,5 a 5 anos

b) Valores oferecidos em garantia - Não foram oferecidos bens do ativo imobilizado em garantia de empréstimos e financiamentos em 2021 e 2020. **c) Perdas pela não recuperabilidade do imobilizado:** A Companhia não identificou evidências de qualquer perda pela não recuperabilidade do imobilizado no exercício. A Companhia manterá ao longo do próximo exercício seu constante monitoramento do mercado siderúrgico em busca de identificar uma eventual deterioração, queda significativa na demanda dos setores consumidores de aço, paralisação de atividades de plantas industriais ou mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro.

11 - INTANGÍVEL

O saldo de intangível refere-se, substancialmente, ao desenvolvimento de *software*:

	Relacionamento com fornecedores	Desenvolvimento de software e tecnologia	Total
Saldo em 01/01/2020	21.413	188.861	210.274
Aquisição	-	55.493	55.493
Amortização	(4.637)	(97.327)	(101.964)
Saldo em 31/12/2020	<u>16.776</u>	<u>147.027</u>	<u>163.803</u>
Aquisição	-	57.701	57.701
Amortização	(4.053)	(87.422)	(91.475)
Saldo em 31/12/2021	<u>12.723</u>	<u>117.306</u>	<u>130.029</u>
Vida útil média estimada	5 a 20 anos	7 anos	

12 - ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) Síntese da movimentação do direito de uso de ativos de arrendamento mercantil:

Arrendamento mercantil bruto	Terrenos, prédios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Equipamento eletrônico de dados	Veículos	Total
Saldo em 01/01/2020	192.904	138.090	106.187	5.138	442.319
Adições	3.983	120.974	-	-	124.957
Baixas	(14.202)	(10.064)	-	-	(24.266)
Remensurações	111	(8.287)	12.548	69	4.441
Saldo em 31/12/2020	<u>182.796</u>	<u>240.713</u>	<u>118.735</u>	<u>5.207</u>	<u>547.451</u>
Adições	23.767	25.477	-	-	49.244
Baixas	(1.308)	-	-	-	(1.308)
Remensurações	40.024	18.494	6.456	2.506	67.480
Saldo em 31/12/2021	<u>245.279</u>	<u>284.684</u>	<u>125.191</u>	<u>14.894</u>	<u>670.048</u>

Depreciação acumulada	Terrenos, prédios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Equipamento eletrônico de dados	Veículos	Total
Saldo em 01/01/2020	(33.040)	(22.498)	(15.169)	(2.419)	(73.126)
Depreciação	(30.679)	(46.226)	(15.032)	(1.393)	(93.330)
Baixas	8.601	9.726	-	-	18.327
Saldo em 31/12/2020	<u>(55.118)</u>	<u>(58.998)</u>	<u>(30.201)</u>	<u>(3.812)</u>	<u>(148.129)</u>
Depreciação	(31.817)	(56.746)	(13.465)	(2.033)	(104.061)
Baixas	1.308	-	-	-	1.308
Saldo em 31/12/2021	<u>(85.627)</u>	<u>(115.744)</u>	<u>(43.666)</u>	<u>(4.644)</u>	<u>(249.681)</u>

Arrendamento mercantil líquido	Terrenos, prédios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Equipamento eletrônico de dados	Veículos	Total
Saldo em 31/12/2020	127.678	181.715	88.534	1.395	399.322
Saldo em 31/12/2021	<u>159.652</u>	<u>168.940</u>	<u>81.525</u>	<u>10.250</u>	<u>420.367</u>

b) Arrendamento mercantil a pagar: Os montantes de desembolsos de arrendamento mercantil são apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os passivos apresentados no Balanço Patrimonial estão ajustados a valor presente, com base nas taxas de juros livres de risco observadas onde a Companhia tem operações, ajustadas pelo *spread* de crédito da Companhia, onde em 31/12/2021 as taxas de desconto se situaram entre 15,8% a.a. a 16,3% a.a., (7,4% a.a. a 10,4% a.a. em 31/12/2020), variando conforme o prazo de duração do arrendamento mercantil.

Vencimento arrendamento mercantil

	2021	2020
2021	-	90.275
2022	105.708	85.998
2023	94.181	75.552
2024	69.608	53.929
2025	61.992	48.349
2026 em diante.....	<u>124.913</u>	<u>70.824</u>
	<u>456.402</u>	<u>424.927</u>

Arrendamento mercantil a pagar

CONTINUAÇÃO

variações no preço de seus produtos. Esta exposição está relacionada à oscilação do preço de venda dos produtos da Companhia e ao preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção, principalmente por operar em um mercado de *commodities*. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou uma redução de 1% sobre ambos os preços. O impacto calculado considerando esta variação no preço dos produtos vendidos, levando em consideração as receitas e custos no exercício de 2021,

d) Instrumentos financeiros por categoria:

	Custo amortizado	Ativos a valor justo por meio do resultado	Total
Ativos			
Aplicações financeiras	-	886.987	886.987
Partes relacionadas.....	185.751	-	185.751
Outros ativos circulantes	136.081	-	136.081
Outros ativos não circulantes	112.013	91.666	203.679
	<u>433.845</u>	<u>978.653</u>	<u>1.412.498</u>

	Custo amortizado	Ativos a valor justo por meio do resultado	Total
Ativos			
Aplicações financeiras	-	942.551	942.551
Partes relacionadas.....	192.726	-	192.726
Outros ativos circulantes	110.151	-	110.151
Outros ativos não circulantes	152.476	60.000	212.476
	<u>455.353</u>	<u>1.002.551</u>	<u>1.457.904</u>

e) Operações com instrumentos financeiros derivativos: Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos: A fim de executar sua estratégia de crescimento sustentável, a Companhia implementa estratégias de gerenciamento de risco com o objetivo de mitigar os riscos de mercado. O objetivo da Companhia ao contratar operações de derivativos está sempre relacionado à redução dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes. Todos os instrumentos derivativos em vigor são revisados mensalmente pelo Comitê de Riscos Financeiros, que valida o valor justo de tais instrumentos. Todos os ganhos e perdas dos instrumentos derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo nas Demonstrações Financeiras da Companhia. **Política de uso de derivativos:** A Companhia está exposta a vários riscos de mercado, entre os quais, a flutuação das taxas de câmbio, taxas de juros e preços de *commodities*. A Companhia utiliza derivativos e outros instrumentos financeiros para reduzir o impacto de tais riscos no valor de seus ativos e passivos financeiros ou fluxo de caixa e receitas futuros. A Companhia estabeleceu políticas para verificar os riscos de mercado e para aprovar a utilização de operações de instrumentos financeiros derivativos relacionados a estes riscos. A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos exclusivamente para gerenciar os riscos de mercado mencionados acima e nunca com propósitos especulativos. Instrumentos financeiros derivativos são somente utilizados quando eles possuem uma posição correspondente (ativo ou passivo descoberto), proveniente das operações de negócios, investimentos e financiamentos da Companhia. **Política de apuração do valor justo:** O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado por meio de modelos e outras técnicas de valoração, dentre as quais preços futuros e curvas de mercado. As operações de derivativos podem incluir: *swaps* de taxas de juros e/ou de moeda, contratos a termo de moeda e contratos de opções de moeda. **f) Mensuração do valor justo:** O CPC 39 define o valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. O CPC 40 estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela empresa, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos. Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significativas para definição do valor justo dos ativos e passivos. Em 31/12/2021, a Companhia mantinha certos ativos cuja mensuração ao valor justo é requerida em bases recorrentes. Estes ativos incluem investimentos em títulos privados. Os ativos e passivos financeiros da Companhia, mensurados a valor justo em bases recorrentes e sujeitos a divulgação conforme os requerimentos do CPC 40 em 31/12/2021 e 31/12/2020, são os seguintes:

	Mensuração ao valor justo			
	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)			
	2021	2020	2021	2020
Ativo circulante				
Aplicações financeiras.....	886.987	942.551	886.987	942.551
Outros ativos circulantes.....	136.081	110.151	136.081	110.151
Ativo não circulante				
Partes relacionadas	185.751	192.726	185.751	192.726
Outros ativos não circulantes.....	203.679	212.476	203.679	212.476
	<u>1.412.498</u>	<u>1.457.904</u>	<u>1.412.498</u>	<u>1.457.904</u>
Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos	14.839	10.487	14.839	10.487
Outros passivos circulantes	346.171	311.471	346.171	311.471
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	446.348	445.635	446.348	445.635
Partes relacionadas	62	762	62	762
Outros passivos não circulantes	12.675	39.911	12.675	39.911
	<u>820.095</u>	<u>808.266</u>	<u>820.095</u>	<u>808.266</u>
	<u>2.232.593</u>	<u>2.266.170</u>	<u>2.232.593</u>	<u>2.266.170</u>

g) Movimentação dos passivos do Fluxo de caixa das atividades de financiamento: Conforme requerido pelo CPC 03, a Companhia demonstra a seguir a movimentação dos passivos do Fluxo de caixa das atividades de financiamento, da sua Demonstração dos Fluxos de Caixa:

	Alterações caixa		Alterações não caixa		Saldo em 31/12/2021	
	Recebidos (pagos) de atividade de financiamento		Despesa de juros sobre dívidas e juros sobre mútuos			
	Pagamento de juros	Variação cambial	Variação cambial	Variação cambial		
Empréstimos e financiamentos	456.122	(4.785)	(32.037)	36.993	4.894	461.187
Arrendamento mercantil a pagar	424.927	(93.632)	(43.788)	43.788	125.107	456.402
Partes relacionadas, líquidas.....	(191.964)	(13.982)	-	(7.707)	-	(185.689)

	Alterações caixa		Alterações não caixa		Saldo em 01/01/2020	
	Recebidos (pagos) de atividade de financiamento		Despesa de juros sobre dívidas e juros sobre mútuos			
	Pagamento de juros	Variação cambial	Variação cambial	Variação cambial		
Empréstimos e financiamentos	52.322	401.078	(240)	2.962	456.122	
Arrendamento mercantil a pagar	383.473	(81.658)	(34.261)	34.261	123.112	424.927
Partes relacionadas, líquidas.....	(21.518)	(281.773)	-	12.740	98.587	(191.964)

15 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2021	2020
Circulante		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	61.107	81.844
Encargos sociais sobre folha de pagamento	29.853	22.902
Imposto de Renda Retido na Fonte	14.874	9.313
Imposto sobre Produtos Industrializados	12.996	9.187
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	25.261	10.165
Programa de Integração Social e outros	10.954	7.189
	<u>155.045</u>	<u>140.600</u>
Não circulante		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	351	22.619
	<u>155.396</u>	<u>163.219</u>

16 - PASSIVOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E ATIVOS CONTINGENTES

A Companhia é parte em ações judiciais e administrativas de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, baseada na opinião de seus consultores legais, acredita que a provisão para estas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia. A provisão foi constituída considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas. Os saldos das provisões são os seguintes:

	2021	2020
I) Provisões		
a) Provisões tributárias.....	406.303	381.325
b) Provisões trabalhistas.....	179.192	185.594
c) Provisões cíveis	27.052	23.934
	<u>612.547</u>	<u>590.853</u>

a) Provisões Tributárias: As provisões tributárias referem-se, substancialmente, às discussões relativas à ICMS, IPI, contribuições previdenciárias, compensação de créditos de PIS e COFINS e incidência de PIS e COFINS sobre outras receitas. **b) Provisões Trabalhistas:** A Companhia é parte em um grupo de ações judiciais e/ou administrativas de natureza trabalhista, individuais e coletivas, que envolvem verbas trabalhistas diversas e a provisão decorre de decisões desfavoráveis e/ou de probabilidade de perda provável no curso normal dos processos com expectativa de saída de recurso financeiro pela Companhia. **c) Provisões Cíveis:** A Companhia é parte em um grupo de ações judiciais, arbitrais e/ou administrativas de natureza cível que envolvem pedidos diversos e a provisão decorre de decisões desfavoráveis e/ou de probabilidade de perda provável no curso normal dos processos com expectativa de saída de recurso financeiro pela Companhia. A movimentação da provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas está demonstrada abaixo:

	2021	2020
Saldo no início do exercício.....	590.853	304.431
(+) Adições.....	187.962	397.280
(-) Atualização monetária	25.756	51.999
(-) Reversão de valores provisionados.....	(192.024)	(162.857)
Saldo no final do exercício	<u>612.547</u>	<u>590.853</u>

II) Passivos contingentes não provisionados: Considerando a opinião dos Assessores Jurídicos e a avaliação da Administração, os processos relacionados a seguir possuem expectativa de perda avaliada como possível (mas, não provável) e devido a esta classificação não são efetuadas provisões contábeis de acordo com as normas do CPC. **a) Contingências Tributárias: a.1)** A Companhia possui discussões que tratam de ICMS, substancialmente relativas a direito de crédito e diferencial de alíquota, cujas demandas perfazem o total atualizado de R\$ 453.416. **a.2)** A Companhia é parte em demandas que tratam de outros tributos. O valor total das discussões importa em R\$ 1.688.148. **a.3)** A Companhia é parte em processos administrativos relativos ao Imposto de Renda Retido na Fonte cobrado sobre juros remetidos ao exterior, vinculados a financiamentos de exportação formalizados mediante Contratos de "Pré-pagamento de Exportações" (PPE) ou de "Recebimento Antecipado de Exportações" (RAE), no valor de R\$ 984.924, que correspondem a sete processos que tramitam na esfera administrativa, onde, atualmente, quatro processos estão na primeira instância do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) aguardando o julgamento dos Recursos Voluntários interpostos pela Companhia, e, por fim, outros 3 processos que se encontram na Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRJ) do CARF, para julgamento de Recursos Especiais interpostos pela Companhia; **a.4)** A Companhia é parte em processos administrativos relativos à glosa da dedutibilidade do ágio gerado nos termos dos artigos 7º e 8º da Lei nº 9.532/97, da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, decorrente da reorganização societária realizada em 2004/2005. O valor total atualizado das atuações importa em R\$ 6.033.660, dos quais: (i) R\$ 3.517.969 correspondem

totaliza R\$ 301.646 (R\$ 162.494 em 31/12/2020) e matérias-primas e demais insumos montam R\$ 178.417 em 31/12/2021 (R\$ 111.975 em 31/12/2020). O impacto no preço dos produtos vendidos e matérias-primas seriam registrados nas Linhas de Receita líquida de vendas e Custo das vendas, respectivamente, na Demonstração dos Resultados. A Companhia não espera estar mais vulnerável à mudança em um ou mais produtos específicos ou matérias-primas.

	Custo amortizado	Total
Passivos		
Empréstimos e financiamentos.....	461.187	461.187
Partes relacionadas.....	62	62
Outros passivos circulantes.....	346.171	346.171
Outros passivos não circulantes.....	12.675	12.675
	<u>820.095</u>	<u>820.095</u>

	Custo amortizado	Total
Passivos		
Empréstimos e financiamentos.....	456.122	456.122
Partes relacionadas.....	762	762
Outros passivos circulantes.....	311.471	311.471
Outros passivos não circulantes.....	39.911	39.911
	<u>808.266</u>	<u>808.266</u>

a dois processos da Companhia que se encontram atualmente em fase de cobrança judicial, tendo a Companhia ofertado garantias judiciais, mediante Seguro Garantia, e iniciado as discussões judiciais em Embargos à Execução, sendo que, em ambos foram proferidas sentenças julgando integralmente improcedentes os lançamentos fiscais, sendo que, em um dos casos a sentença foi confirmada integralmente após a oposição de embargos de declaração pela Fazenda Nacional, tendo sido interposto recurso de apelação pela embargada, enquanto que no outro está em curso o prazo para a interposição de recursos por parte da Fazenda Nacional; (ii) R\$ 324.014 correspondem a um processo em que parte do débito cuja discussão administrativa já se encerrou e se encontra em discussão judicial, tendo sido proferida sentença em 29/09/2020, que julgou procedente os Embargos à Execução e reconheceu a insubsistência do lançamento fiscal; (iii) R\$ 299.937 correspondem a um processo em que parte do débito cuja discussão administrativa se encerrou e se encontra em discussão judicial, nos autos de Embargos à Execução protocolados em 14/08/2019, julgados improcedentes em 15/10/2020, tendo a companhia oposto embargos de declaração contra a referida sentença; (iv) R\$ 4.390 correspondem a um processo em que a Companhia aguarda julgamento de seu Recurso Especial interposto à CSRF, ao qual foi dado seguimento parcial; (v) R\$ 83.699 correspondem a um processo cujo Recurso Especial interposto pela Companhia à CSRF foi julgado em 05/12/2019, ao qual foi negado provimento; atualmente, o processo se encontram em fase de cobrança judicial, tendo a Companhia ofertado garantia judicial, em sede de medida cautelar, mediante Seguro Garantia, e se prepara para o início da discussão judicial em Embargos à Execução; (vi) R\$ 177.218 correspondem a um processo que teve seu Recurso Voluntário parcialmente provido, sendo tal decisão objeto de Recurso Especial pela Fazenda Nacional e Recurso Especial protocolado pela empresa em 29/04/2019, ambos atualmente pendentes de julgamento; (vii) R\$ 575.631 correspondem a um processo em que a Companhia teve sua Impugnação julgada improcedente, estando pendente de julgamento na primeira instância do CARF o Recurso Voluntário interposto pela Companhia; e (viii) R\$ 502.804 correspondem a um processo da Gerdau Aços Longos S.A., cuja impugnação apresentada foi julgada improcedente pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento (DRJ), estando atualmente pendente de julgamento o recurso voluntário interposto pela Companhia; (ix) R\$ 145.141 correspondem a um processo desmembrado do processo que atualmente se encontra em fase de cobrança judicial, já garantida por seguro garantia apresentado em medida cautelar, tendo a Companhia oposto Embargos à Execução Fiscal em 17/12/2020; e (x) R\$ 402.858 correspondem a um processo da controlada Gerdau Aços Longos S.A., desmembrado do processo mencionado no item "vi" supra, e que atualmente se encontra em fase de cobrança judicial, estando pendente de sentença os Embargos à Execução Fiscal opostos pela Companhia. Os assessores jurídicos tributários da Companhia confirmam que os procedimentos adotados pela Companhia, com relação ao tratamento tributário da dedutibilidade do ágio, que ensejaram os processos acima mencionados, observaram a estrita legalidade, e, portanto, tais processos são classificados como de perda possível (mas, não provável). As autoridades federais e o Judiciário brasileiros estão investigando determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF, bem como doações eleitorais específicas efetuadas pela Companhia, com a finalidade de determinar se a Companhia teria incorrido em condutas ilícitas. A Companhia divulgou anteriormente que, adicionalmente às suas interações com as autoridades brasileiras, estava fornecendo informações requeridas pela U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC"). Desde então, a empresa foi informada pela equipe da SEC de que encerrou sua investigação e, portanto, não está buscando mais informações da empresa, com relação a tais assuntos. A Companhia acredita não ser possível, neste momento, prever a duração ou os resultados dos procedimentos no Brasil e que atualmente não há informações suficientes para determinar se uma provisão para perdas é requerida ou para divulgar qualquer contingência. **b) Contingências Cíveis:** A Companhia é parte em outras demandas de natureza cível que possuem em conjunto um montante em discussão de aproximadamente R\$ 247.094. Para tais demandas não foi efetuada provisão contábil, pois estas foram consideradas como de perda possível, com base na opinião de seus consultores legais. **c) Contingências Trabalhistas:** A Companhia é parte em outras demandas de natureza trabalhista que possuem em conjunto um montante em discussão de aproximadamente R\$ 298.902. Para tais demandas não foi efetuada provisão contábil, pois estas foram consideradas como de perda possível, com base na opinião de seus consultores legais. **III) Depósitos judiciais:** A Companhia mantém depósitos judiciais vinculados às provisões tributárias, trabalhistas e cíveis, e estão assim demonstrados:

	2021	2020
Tributários	1.387.898	1.337.531
Trabalhistas	34.344	46.705
Cíveis	81.875	77.374
	<u>1.504.117</u>	<u>1.461.610</u>

O saldo de depósitos judiciais registrado em 31/12/2021, no montante de R\$ 1.354.340, corresponde a depósito judiciais realizados até junho/2017, referentes à discussão sobre a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, aguarda o encerramento processual das ações no judiciário para ser restituído à Companhia. Para tais ações, a Companhia vinha realizando depósitos judiciais e provisões contábeis dos valores em discussão, atualizados pela taxa SELIC, que se referiam aos valores não liquidados de PIS e COFINS desde 2009, cuja exigibilidade estava integralmente suspensa, em função da realização dos referidos depósitos. Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) analisou processo relacionado a esse assunto, e, por 6 votos a 4, foi tomada a seguinte decisão: "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS". A decisão tomada pelo STF, a princípio, produz efeitos em todos os processos judiciais em curso, em função de sua repercussão geral. Duas ações judiciais já contam com decisão final favorável transitada em julgado, tendo a receita sido reconhecida no trânsito em julgado das ações, considerando para fins de cálculo a exclusão do ICMS destacado nas notas fiscais, como reconhecido nas decisões transitadas em julgado, e está preparando os documentos para efetuar a habilitação do seu crédito e poder dar início aos procedimentos de compensação e/ou já habilitou perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil. Cabe destacar que a Companhia possui ainda outra ação de repetição de indébito que aguarda o respectivo trânsito em julgado. A segunda ação transitou em julgado em 24/02/2021, assegurando a Companhia o direito à recuperação dos pagamentos indevidos realizados antes da propositura da ação (indébito relativo às competências 01/2009 a 04/2009), no valor de R\$ 73,5 milhões (R\$ 45,8 milhões, líquidos de despesas relacionadas). Em 13/05/2021, o Supremo Tribunal Federal julgou o recurso de embargos de declaração que a Procuradoria da Fazenda Nacional havia oposto alegando que a decisão do Supremo fora omissa em determinados pontos, e requerendo a modulação dos efeitos da decisão. No referido julgamento, o STF acolheu, em parte, os embargos de declaração, para modular os efeitos do julgado cuja produção haverá de se dar após 15/03/2017 (data em que julgado o RE Nº 574.706), ressalvadas as ações judiciais ou processos administrativos instaurados até essa data, e rejeitou os embargos quanto à alegação de omissão, obscuridade ou contradição e, no ponto relativo ao ICMS excluído da base de cálculo das contribuições PIS-COFINS, firmou o entendimento de que se trata do ICMS destacado. A partir deste julgamento, o conceito de praticamente certo para fins da entrada de benefícios econômicos e reconhecimento do ativo e o correspondente ganho passou a ser demonstrado. Desta forma, ainda que não tenha ocorrido o trânsito em julgado de uma das ações que está pendente de julgamento, a Companhia reconheceu no 2º trimestre de 2021, com suficiente confiabilidade, o valor do crédito tributário a que tem direito, no valor de R\$ 675 milhões (R\$ 651 milhões, líquidos de despesas relacionadas) referente a créditos anteriores à propositura da Ação Judicial. A Companhia reconheceu, ainda, no 3º trimestre de 2021, valores de diferenças de créditos tributários a que tem direito, líquidos de despesas relacionadas, no montante de R\$ 98 milhões na linha de Receitas Financeiras. Os valores reconhecidos no resultado da Companhia relativos a recuperação de créditos decorrentes dos processos de ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS (líquidos de despesas relacionadas) foi de R\$ 794,8 milhões no ano de 2021, sendo R\$ 343,6 milhões na linha de Outras Receitas Operacionais e R\$ 451,2 milhões na linha de Receitas Financeiras. Em virtude do momento econômico fortemente impactado pela pandemia provocada pela Covid-19, bem como pelo fato de que a legislação processual expressamente prevê a equiparação de seguro-garantia a dinheiro, a controlada Gerdau Aços Longos S.A. solicitou a substituição dos valores por ela depositados ao longo de anos versando sobre a inclusão do ICMS na Base de Cálculo do PIS e da COFINS por um seguro-garantia apresentado pela Companhia, no valor de R\$ 1,7 bilhão, o qual cumpre todos os requisitos estabelecidos pela PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional) e pode ser convertido em renda a qualquer momento, garantindo que a Fazenda Pública receba todos os valores que eventualmente venham a ser devidos ao final do processo. Na decisão de 1ª instância, portanto, houve uma decisão pela liberação dos recursos depositados para a Companhia. A Fazenda Pública recorreu ao Tribunal e conseguiu uma decisão revertendo a liberação dos valores. A Companhia, então, ofereceu reclamação para dirimir divergência entre a decisão proferida pelo Desembargador Federal, integrante da 4ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, nos autos do processo Nº 50003743-37.2020.4.02.0000, e a jurisprudência do STF (Tema Nº 69). Com liminar inicialmente favorável, a decisão foi suspensa posteriormente para aguardar a manifestação da Fazenda Nacional sobre a multa por litigância de má-fé aplicada em face da Companhia. Após a manifestação, que não trouxe qualquer elemento adicional em relação à multa por litigância de má-fé aplicada, o Ministro entendeu pelo não cabimento da Reclamação por ausência de esgotamento das vias ordinárias. Em relação a multa por litigância de má-fé, aplicada em virtude da alegação de suposta tentativa de indução à erro do Judiciário, a Companhia informa que sempre se manifestou nos autos com boa-fé processual e está confiante de que isso será esclarecido no decorrer do processo. **IV) Outros ativos contingentes:** A Administração da Companhia acredita que a realização de certos ativos contingentes de natureza tributária é provável. Entretanto, tais ativos não foram reconhecidos contabilmente, em função de que ainda não tiveram seu transitado em julgado e/ou que existem incertezas quanto ao prazo, a forma e o montante que será efetivamente realizado, não sendo ainda desta forma praticável determinar com segurança que o valor do ganho sob a forma de encaixe dos recursos decorrentes dessas decisões tenha atingido o patamar de praticamente certo (*virtually certain*) e que a Companhia possua o controle sobre tais ativos, o que implica em que tais ganhos não sejam registrados contabilmente até que tais condições estejam comprovadamente presentes. A Companhia estima que tais ativos contingentes somam aproximadamente R\$ 793 milhões (R\$ 561 milhões líquidos dos impostos).

17 - SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	2021	2020
a) Composição dos saldos de mútuos		
Mútuos ativos		
Empresa controlada		
Siderúrgica Latino Americana S.A.	183.021	175.314
Outras partes relacionadas		
Gerdau Açominas S.A.	-	150
Fundação Gerdau	2.678	17.262
Outros.....	52	-
	<u>185.751</u>	<u>192.726</u>
Mútuos passivos		
Empresa controladora		
Gerdau S.A.	(2)	(762)
Outras partes relacionadas		
Gerdau Açominas S.A.	(60)	-
	<u>(62)</u>	<u>(762)</u>
Receitas (Despesas) financeiras, líquidas	<u>7.707</u>	<u>(12.740)</u>

b) Condições de preços e encargos: Os contratos de mútuos entre as partes relacionadas são atualizados por taxa CDI.

CONTINUA



CONTINUAÇÃO

c) Operações com partes relacionadas

	Compras	Vendas	Receitas (despesas)	2021	2020
				Contas a receber (a pagar)	Contas a receber (a pagar)
Empresa controladora					
Gerdau S.A.	72.591	1.211.424	(31.135)	-	-
Debêntures Gerdau S.A.	-	-	376	-	-
Empresa controlada					
Siderúrgica Latino Americana S.A.	191.298	486.221	-	101.858	(462)
Outras partes relacionadas					
Diacó S.A.	-	64	-	-	-
Cyrgo S.A.	-	-	-	-	1.504
Gerdau Açominas S.A.	3.811.294	198.717	-	(381.682)	(340.538)
Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A.	-	6.183	-	(1.941)	(1.751)
Gerdau Laisa S.A.	-	76.244	-	6.142	29.069
Sipar Aceros S.A.	16.297	321.760	-	60.429	70.726
Empresa Siderúrgica Del Peru S.A.A.	-	289.847	-	109.432	-
Siderco S.A.	-	38.652	-	11.967	9.185
Indústrias Nacionais C. por A.	-	39.403	-	-	12.277
Siderúrgica Zuliana, C.A.	-	842	-	-	-
GZL Logística Ltda.	248.076	-	-	(10.974)	(4.931)
Outros.	-	-	-	17	(39)

d) Aiais concedidos: A Companhia, em conjunto com as empresas Gerdau Açominas S.A., e a controladora Gerdau S.A., prestam garantia às partes relacionadas GTL Trade Finance Inc., Gerdau Holdings Inc., Gerdau Trade Inc. e GUSAP III LP nas emissões de *bonds* com vencimento em 2023, 2024, 2027, 2030 e 2044 no montante de R\$ 10,3 bilhões em 31/12/2021 (de R\$ 14,8 bilhões em 31/12/2020). **e) Aiais recebidos:** Em 31/12/2021, há um total de R\$ 412 milhões em aiais recebidos da controladora Gerdau S.A. em contratos de financiamentos (R\$ 0 em 31/12/2020). **f) Remuneração da Administração:** A Companhia pagou a seus administradores, em salários e remuneração variável, um total de R\$ 16.406 em 31/12/2021 (R\$ 9.856 em 31/12/2020). **g) Outras informações de partes relacionadas:** A Companhia tem contratado mútuo conversível em participação societária com a empresa Brasil ao Cubo Construção Modular Ltda., apresentada na linha de Outros ativos não circulantes, no montante de R\$ 91.666 em 31/12/2021.

18 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

a) Plano de pensão com benefício definido - pós-emprego: A Companhia patrocina plano de pensão de benefício definido, administrado pela Gerdau - Sociedade de Previdência Privada, entidade fechada de previdência complementar. Em 2010, foi aprovado o saldamento deste plano, sendo assegurado aos participantes o direito ao benefício saldado. Todos os participantes deste plano, agora saldado, poderiam: (i) optar por aderir a um novo plano de contribuição definida conforme descrito na letra "b" abaixo, sendo permitida a transferência do montante referente à reserva matemática individual do plano saldado para o novo plano e agregar valor a essa reserva por meio de contribuições futuras do participante e da patrocinadora, além da rentabilidade dos recursos; ou (ii) não transferir a reserva e manter o benefício saldado no plano de benefício definido, corrigido somente pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). Em virtude do processo de migração e encerramento do plano de pensão, a Companhia não está calculando os possíveis efeitos de mudanças nas taxas de desconto e taxa de retorno esperada dos ativos para este plano. O saldo dos ativos e passivos dos planos não são materiais e a conciliação é apresentada a seguir:

	2021	2020
Valor presente da obrigação de benefício definido	(28.967)	(33.431)
Valor justo dos ativos do plano	38.921	45.404
Restrição ao ativo atuarial devido à limitação de recuperação	(9.954)	(11.973)
Efeito líquido	-	-

b) Plano de pensão com contribuição definida - pós-emprego: A Companhia mantém um plano de pensão definida para o qual são feitas contribuições pela patrocinadora numa proporção da contribuição feita pelos empregados optantes. O total do custo nesta modalidade foi de R\$ 22.023 em 31/12/2021 (R\$ 16.016 em 31/12/2020).

19 - PROVISÃO PARA PASSIVOS AMBIENTAIS

A Companhia reconheceu, na linha de "Provisão para passivos ambientais", com base na melhor estimativa do custo, valores para investigação, tratamento e limpeza de localidades potencialmente impactadas, que montam R\$ 138.845 em 31/12/2021, sendo R\$ 61.884 no passivo circulante e R\$ 76.961 no passivo não circulante (R\$ 41.608 em 31/12/2020, sendo R\$ 23.770 no passivo circulante e R\$ 17.838 no passivo não circulante). A Companhia utilizou premissas e estimativas para determinar os montantes envolvidos, que podem variar no futuro, em decorrência da finalização da investigação e determinação do real impacto ambiental. A Companhia entende estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis no Brasil.

20 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 31/12/2021, estão subscritas e integralizadas 1.227.815 ações, sendo 1.227.704 ações ordinárias e 111 ações preferenciais, todas sem valor nominal (em 31/12/2020 era de 245.540.868 ações ordinárias e 22.362 ações preferenciais, todas sem valor nominal), totalizando o capital social realizado de R\$ 5.554.212 (R\$ 5.554.212 em 31/12/2020). Conforme ata da Assembléia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 26/04/2021, ocorreu o Grupamento de Ações da Companhia, na proporção de 200 (duzentas) ações para 1 (uma) ação (Fator de Grupamento), passando de 245.540.868 (duzentos e quarenta e cinco milhões, quinhentas e quarenta mil, oitocentas e sessenta e oito) ações ordinárias e 22.362 (vinte e duas mil, trezentas e sessenta e duas) ações preferenciais, para 1.227.704 (um milhão, duzentas e vinte e sete mil, setecentas e quatro) ações ordinárias e 111 (cento e onze) ações preferenciais. Como consequência ao Grupamento de Ações, houveram aquisições de Ações em Tesouraria, no montante de R\$ 1.340. As ações preferenciais não têm direito a voto, não podem ser resgatadas e participam em igualdade de condições em relação às ações ordinárias na distribuição de lucros, além de ter prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da Companhia. **b) Reserva de capital:** Refere-se principalmente à reserva de ágio, relativo à reorganização societária realizada em 2005 gerada nos termos do artigo 7º e 8º da Lei Nº 9.532/97, no montante de R\$ 1.335.147 em 31/12/2021 e em 31/12/2020. **c) Reservas de lucros: I) Legal** - Pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos. **II) Incentivos fiscais** - Pela legislação societária brasileira, a Companhia pode destinar, para a reserva de incentivos fiscais, a parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo dos dividendos. **III) Investimentos e capital de giro** - É composta pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas, e inclui as reservas estatutárias previstas no Estatuto Social da Companhia. O Conselho de Administração pode propor aos acionistas a transferência de pelo menos 5% do lucro líquido de cada ano para uma reserva estatutária (Reserva de investimentos e capital de giro). A reserva é criada somente após considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital integralizado. A reserva pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou compra de ações. **d) Ajustes de avaliação**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Administradores e Acionistas da Gerdau Aços Longos S.A. Rio de Janeiro - RJ

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Gerdau Aços Longos S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual da Gerdau Aços Longos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Demonstrações Financeiras Consolidadas
A Companhia elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras consolidadas da Gerdau Aços Longos S.A. e suas controladas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 de acordo com as práticas adotadas no Brasil apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado, não contendo qualquer modificação, na data de 18 de março de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório dos auditores
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

DIRETORIA

Diretor Presidente
GUSTAVO WERNECK DA CUNHA

Diretor Vice-Presidente
RAFAEL DORNELES JAPUR

Diretores
CESAR OBINO DA ROSA PERES
FÁBIO EDUARDO DE PIERI SPINA
FLADIMIR BATISTA LOPES GAUTO
HERMENIO PINTO GONÇALVES
MARCOS EDUARDO FARACO WAHRHAFTIG
MAURO DE PAULA
WENDEL GOMES DA SILVA

Contadora
DENISE ABREU LANZONI
CRC RS 093.282/O-2-S-RJ
CPF nº 994.509.760-15

patrimonial: A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas e coligadas no exterior detidas pela Companhia, direta e indiretamente. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. Também são considerados nesta rubrica os ganhos e perdas não realizados em instrumentos financeiros derivativos até o momento em que estes são realizados, efeitos com plano de incentivo de longo prazo e a despesa com plano de pensão de benefício definido. **e) Dividendos e juros sobre o capital próprio:** Os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, um dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido ajustado. A Companhia efetuou no exercício, o cálculo de juros sobre o capital próprio dentro dos limites estabelecidos pela Lei Nº 9.249/95. O valor correspondente foi contabilizado como despesa financeira para fins fiscais. Para efeito de apresentação desse valor foi demonstrado como dividendos, não afetando o resultado. O benefício fiscal referente ao imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício foi de R\$ 145.683 (R\$ 145.275 em 31/12/2020).

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	5.376.187	884.325
Constituição de reserva de incentivos fiscais	(103.927)	(59.681)
Base para dividendos e juros sobre capital próprio	5.272.260	824.644
Dividendos e juros sobre capital próprio	(2.828.576)	(427.280)
Lucro líquido remanescente	2.443.684	397.364
Constituição de reserva de investimento e capital de giro	(2.443.684)	(397.364)

O montante de dividendos e juros sobre o capital próprio dos exercícios de 2021 e 2020 é demonstrado a seguir:

Período	Natureza	R\$/ação	Ações em circulação (mil)		Crédito	Pagamento	2021	2020
1º Trimestre...	Juros sobre capital próprio	0,37	245.563	22/03/2021	31/03/2021	90.858	-	
1º Trimestre...	Dividendos	3,68	245.563	30/03/2021	05/04/2021	903.673	-	
2º Trimestre...	Juros sobre capital próprio	78,00	1.228	21/06/2021	30/06/2021	95.770	-	
3º Trimestre...	Dividendos	815,00	1.228	11/08/2021	24/08/2021	1.000.552	-	
3º Trimestre...	Juros sobre capital próprio	98,00	1.228	22/09/2021	30/09/2021	120.312	110.503	
4º Trimestre...	Dividendos	1.140,00	1.228	08/11/2021	12/11/2021	1.399.545	-	
4º Trimestre...	Juros sobre capital próprio	99,00	1.228	15/12/2021	30/12/2021	121.539	316.777	
	Dividendos e juros sobre capital próprio propostos					3.732.249	427.280	
	Crédito por ação (R\$)					319,15	0,87	

O lucro remanescente foi destinado à constituição de reserva estatutária para investimentos e capital de giro na forma do Estatuto Social.

21 - LUCRO POR AÇÃO

	2021			2020		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
(Em milhares, exceto ações e dados por ação)						

Numerador	2021			2020		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro líquido alocado disponível para acionistas ordinários e preferenciais	5.375.697	490	5.376.187	884.244	81	884.325
Denominador						
Média ponderada de ações deduzindo a média das ações em tesouraria	82.665.425	7.528		245.540.868	22.362	
Lucro por ação (em R\$) - básico e diluído	65,03	65,07		3,60	3,60	

22 - RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	2021	2020
Receita bruta de vendas	28.071.628	14.279.798
Impostos incidentes sobre vendas	(5.555.826)	(2.730.655)
Descontos	(29.323)	(18.674)
Receita líquida de vendas	22.486.479	11.530.469

23 - DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a Demonstração do Resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26, apresenta, a seguir, o detalhamento da Demonstração do Resultado por natureza:

	2021	2020
Depreciação e amortização	(562.823)	(516.281)
Salários, encargos sociais e benefícios	(1.484.504)	(1.092.207)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(13.471.753)	(7.424.818)
Frete	(864.328)	(565.282)
Outras despesas/receitas	(374.593)	(847.854)
	(16.758.001)	(10.446.442)
Classificados como:		
Custo dos produtos vendidos	(16.383.408)	(9.598.588)
Despesas com vendas	(398.420)	(281.648)
Despesas gerais e administrativas	(459.160)	(323.760)
Outras receitas operacionais	512.564	29.529
Outras despesas operacionais	(35.897)	(258.444)
Ganhos (Perdas) pela não recuperabilidade de ativos financeiros	6.320	(13.531)
	(16.758.001)	(10.446.442)

24 - RESULTADO FINANCEIRO

	2021	2020
Rendimento de aplicações financeiras	55.155	28.554
Juros recebidos e outras receitas financeiras	552.021	28.961
Total Receitas financeiras	607.176	57.515
Juros sobre a dívida	(36.993)	(2.962)
Variações monetárias e outras despesas financeiras	(187.170)	(216.095)
Total Despesas financeiras	(224.163)	(219.057)
Varição cambial, líquida	29.746	(33.906)
Perdas com instrumentos financeiros, líquidos	(4.894)	-
Resultado financeiro, líquido	407.865	(195.448)

25 - SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes determinados para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Os estoques e ativos imobilizados estão segurados para incêndio, raio, vendaval, alagamento, quebra de máquinas, danos elétricos e explosão. A principal cobertura de seguro é na modalidade de patrimônio, que cobrem ativos de até R\$ 12.849.125.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 22 de março de 2022



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7

Cristiano Jardim Segueiro
Contador CRC SP-244525/O-9 T-RS

